



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

## OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

**INFORME BRASIL Nº 18/2021**

Período: 29/05/2021 - 04/06/2021

**GEDES – UNESP/UNIFESP**

- 1- Participação de Pazuello em ato político I: jornais avaliaram qual seria a punição aplicada ao general
- 2- Participação de Pazuello em ato político II: Bolsonaro pediu ao comandante do Exército para não punir o general
- 3- Participação de Pazuello em ato político III: postura do ministro da Defesa é questionada e ministros do STF temem fraqueza
- 4- Participação de Pazuello em ato político IV: comandante do Exército livrou o general de punição
- 5- Participação de Pazuello em ato político V: repercussões sobre a decisão do comandante do Exército de não punir o general
- 6- Pazuello foi acusado de ter humilhado soldado motivado por racismo
- 7- Pazuello foi nomeado para cargo no Palácio do Planalto
- 8- Esquema de tráfico de cocaína por oficiais da Força Aérea Brasileira é investigado pela Justiça Militar
- 9- Exército gasta mais de R\$1 milhão com produção de cloroquina
- 10- Revogação da Lei de Segurança Nacional foi paralisada no Senado

### 1- Participação de Pazuello em ato político I: jornais avaliaram qual seria a punição aplicada ao general

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* abordaram a intenção do general da ativa e ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, de apresentar defesa oral ao comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, em razão de sua participação no ato político com o presidente da República, Jair Bolsonaro, no dia 23/05/21. De acordo com o *Correio*, Pazuello se encontraria com o comandante do Exército em 10/06/21 para se defender oralmente. Conforme havia sido indicado, Pazuello preferiria se defender desta forma, mesmo já tendo feito por escrito através de formulário de apuração 72 horas após a notificação. Em conformidade com o regimento interno do Exército, após este prazo, inicia-se um novo de oito dias úteis para audiência oral. Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* apurou junto a militares próximos do general Paulo Sérgio que o fato dele ter entregue o formulário a Pazuello "denota a gravidade do episódio", e que o comandante já havia manifestado "incômodo, inconformismo e insatisfação" com a situação. Ainda segundo a *Folha*, apesar de Bolsonaro, seus filhos e seus auxiliares terem caracterizado reiteradamente o ato como "retrato de força política" e "demonstração

gigantesca de apoio popular", a defesa formulada por Pazuello no relatório argumentou que a atividade "não teve nenhum viés político". O *Correio* destacou que a oitiva presencial está de acordo com o regulamento de apuração, sendo prerrogativa do comandante da força convocar o investigado após a apresentação da defesa por escrito e, portanto, Paulo Sérgio pode requisitar demais esclarecimentos a Pazuello. O jornal destacou que, conforme oficiais da força, o general Paulo Sérgio poderia optar por não tornar pública sua deliberação sobre o caso, a fim de não expor Pazuello. Além disso, tem sido aconselhado a não optar pela prisão disciplinar, a punição mais severa, para que não deflagre nova crise com o governo. O *Correio* apontou que a defesa por escrito chegou ao Comando do Exército em envelope lacrado, enquanto o comandante acompanhava Bolsonaro em visita à Amazônia, ao lado dos generais da reserva e ministros da Defesa, Walter Braga Netto, e da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos, na qual "fez afago aos militares" dizendo que os "respeita". Posteriormente, em transmissão ao vivo nas redes sociais, Bolsonaro defendeu Pazuello e disse que "não deseja ver o 'nosso gordinho' punido". Segundo *O Estado de S. Paulo*, oficiais do Exército avaliaram que a convocação presencial de Pazuello poderia acontecer após sua defesa por escrito "não ter convencido". Além disso, conforme regimento, o comandante teria até o dia 07/06/21 para se manifestar e Pazuello teria mais dez dias úteis para recorrer. Conforme oficial ouvido pelo *Estado*, o simples fato de ser investigado já é grave e qualquer punição, leve ou severa, será "desabonadora". O *Estado* lembrou ainda o posicionamento de generais da reserva de que "uma intervenção política do Palácio do Planalto, com mudança de uma eventual punição a Pazuello, poderá desautorizar o comandante e provocar sua renúncia". (*Correio Braziliense - Poder - 29/05/21; Correio Braziliense - Poder - 01/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 29/05/21; O Estado de S. Paulo - Política - 01/06/21*)

## 2- Participação de Pazuello em ato político II: Bolsonaro pediu ao comandante do Exército para não punir o general

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o presidente da República, Jair Bolsonaro, teria pedido ao comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que não puna o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, por ter participado de ato favorável ao presidente no dia 23/05/21. Segundo a *Folha*, o pedido de Bolsonaro pode agravar a crise latente entre a Presidência e o Exército. Além disso, a participação de Pazuello teria desagradado o Alto Comando do Exército, composto por 15 generais quatro estrelas e comandado por Paulo Sérgio, e a cúpula defendeu a punição de Pazuello, pois o regimento militar veda manifestações políticas à militares. Para a *Folha*, a movimentação de Pazuello para a reserva, manobra que já foi cogitada algumas vezes, neste episódio é vista como insuficiente pelos generais. De outro lado, segundo generais ouvidos pela *Folha*, Pazuello argumentou em sua linha de defesa destinada ao Exército que não poderia ser punido porque estava apoiando o cidadão Bolsonaro, não o presidente da República em um ato político. Além disso, afirmou que o fato de Bolsonaro não ser filiado a nenhum partido retirou o caráter político do evento. De acordo com a *Folha*, pessoas próximas ao comandante do Exército apontaram a dificuldade da decisão sobre punir ou não Pazuello, uma vez que a remissão poderia politizar as Forças Armadas. No sentido contrário, caso puna o general Pazuello, dificilmente o comandante do Exército conseguirá seguir no cargo, resultando em uma segunda crise militar em um curto intervalo de tempo. Por sua vez, o vice-presidente da República, general Hamilton Mourão, afirmou ser favorável à punição de Pazuello por indisciplina. Em editorial, a

*Folha* avaliou ser "um expediente falacioso" e "um escárnio" a afirmação de que o ato protagonizado por Pazuello e Bolsonaro não teve caráter político. O texto destacou que "o chefe de Estado está em campanha aberta pela reeleição" devido a pressões do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), além da perda de popularidade, e que a presença do general da ativa nesse ato "não pode ter sua gravidade subestimada", pois seria "lastimável" e criaria "um precedente perigoso". Em coluna para a *Folha*, o jornalista Hélio Schwartsman afirmou que "vingança" após quase ter sido expulso do Exército em 1986 é a melhor explicação para a situação que Bolsonaro colocou a instituição após todas as crises no seu governo. Schwartsman destacou que os intensos esforços de relações públicas do Exército para afirmar seu comprometimento com a democracia não são compatíveis com o "apoio ostensivo que militares da ativa dão a um político autoritário", e que a decisão do comandante do Exército sobre punir Pazuello severamente ou temporizar e punir apenas simbolicamente, talvez pudesse ter sido evitada "se, lá atrás, os oficiais não tivessem temporizado ao punir Bolsonaro". (Folha de S. Paulo - Opinião - 29/05/21; Folha de S. Paulo - Poder - 30/05/21)

### 3- Participação de Pazuello em ato político III: postura do ministro da Defesa é questionada e ministros do STF temem fraqueza

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, que anteriormente possuía uma postura discreta, mudou seu comportamento quando saiu da Casa Civil do governo do presidente Jair Bolsonaro, para assumir o Ministério da Defesa, aproximando mais a pasta da política. Segundo a *Folha*, o comportamento adotado por Braga Netto tem gerado divergências entre militares de gerações diferentes. Por um lado, os mais novos estariam enxergando a proximidade do ministro da Defesa com a política com desconforto. Já os mais velhos não estariam entendendo o posicionamento de Braga Netto como um motivo de preocupação. Além disso, a *Folha* destacou que Braga Netto tem feito discursos a civis, declarando que as Forças Armadas estão prontas para defender a Constituição. Tais declarações se aproximam do discurso adotado por Bolsonaro sobre a possibilidade de uma ruptura institucional. Por outro lado, em coluna para *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Vera Rosa identificou a preocupação entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de que Braga Netto tenha se tornado "um novo Pazuello", assumindo um perfil político para fazer tudo o que o presidente quer. O temor é que, diante do arquivamento do processo contra Pazuello por sua presença no ato político com o presidente, em 23/05/21, e uma possível politização da tropa, Braga Netto não tenha pulso para segurar tais manifestações. De acordo com *O Estado*, em 14/05/21, um sargento participou de transmissão ao vivo do deputado major Vitor Hugo (PSL-GO) e a divulgação deste fato ampliou a tensão sobre o caso do general Pazuello. O major Vitor Hugo, antigo integrante das Forças Especiais do Exército e ex-líder bolsonarista no Congresso Nacional, deu espaço para as reclamações públicas do sargento, que convocou seus colegas para participarem do movimento reivindicatório. O Exército informou ao *Estado* que foi aberta uma sindicância para apuração dos fatos, sendo que militares escutados pelo jornal declararam que a participação do sargento Luan Rocha foi um desrespeito a toda cadeia de comando. Rocha é 3.º sargento de Material Bélico da ativa e trabalha na Companhia de Comando da 15.ª Brigada de Infantaria Mecanizada. O Regulamento Disciplinar veda o militar da ativa de participar de atos político-partidários. O ex-presidente do Superior Tribunal Militar (STM), brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, expôs sua preocupação com

o caso de Pazuello, “como punir um sargento, se o general não for punido? Se aceitar isso, acaba a disciplina nas Forças Armadas”, externou o militar. (Folha de S. Paulo - Poder - 30/05/21; O Estado de S. Paulo – Política – 03/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/06/21)

#### 4- Participação de Pazuello em ato político IV: comandante do Exército livrou o general de punição

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o comandante do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, decidiu não punir o ex-ministro da Saúde e general da ativa, Eduardo Pazuello, em razão de sua participação em ato político com o presidente da República, Jair Bolsonaro, em 23/05/21. Segundo a nota que anunciou o desfecho do caso, “não restou caracterizada a prática de transgressão disciplinar” naquilo que foi referido como um “evento” e não como um ato político-partidário. Para tomar esta decisão, o general Paulo Sérgio acatou os argumentos apresentados na defesa de Pazuello, realizada por escrito e oralmente. Conforme defendido pelo ex-ministro, a manifestação não teve caráter político-partidário, uma vez que o presidente da República não está filiado a nenhum partido político no momento e por não estarmos em período de eleição. Porém, os jornais apontaram que o Regulamento Disciplinar do Exército e o Estatuto dos Militares são categóricos em afirmar que a participação em manifestações desse tipo é terminantemente proibida, independente do momento. Por isso, os jornais avaliaram que o comandante do Exército não aceitou os argumentos de Pazuello de bom grado, tendo-o feito por pressão do presidente Bolsonaro, comandante em chefe das Forças Armadas, que ameaçava anular uma eventual punição e deflagrar uma nova crise com as forças, forçando a renúncia de Paulo Sérgio. Contudo, os periódicos apontaram que a decisão do comandante do Exército não foi uma deliberação unânime do Alto Comando do Exército e de outros militares, os quais não tinham poder de decisão nesse caso, mas poderiam emitir opiniões ao comandante da força. A maior parte dos generais de quatro estrelas que compõem o Alto Comando defendia algum tipo de punição, que varia desde a advertência oral até a prisão por 30 dias. O encarceramento era defendido por poucos, por conta da pressão do presidente; porém acreditavam que alguma forma de sanção intermediária deveria ser aplicada, ou ao menos a advertência oral. Segundo os jornais, a necessidade de punição se impunha justamente pelo precedente perigosíssimo que seria aberto no caso contrário: a anarquia e a insubordinação poderiam se generalizar nas baixas patentes do Exército, fortemente bolsonarista, que poderiam utilizar a impunidade para apoiarem publicamente candidatos políticos, em especial os que pleiteiam a presidência em 2022. E é justamente isso que não só os militares, como membros da sociedade em geral, temem que vá acontecer como consequência da decisão do comandante do Exército. O desdobramento desta deliberação para as baixas patentes poderá ser visto no próximo caso a ser julgado, o de um sargento da ativa que reclamou sobre a remuneração em uma transmissão ao vivo do deputado federal major Vitor Hugo (PSL-GO), ex-líder do governo no Congresso Nacional. Apesar do descontentamento, membros das Forças Armadas evitam comentar o assunto ou questionar a decisão, por respeito à hierarquia e à inquestionabilidade da ordem de um superior. (*Correio Braziliense* - Política - 04/06/21; *Folha de S. Paulo* - Poder - 04/06/21; *O Estado de S. Paulo* - Política - 04/06/21)

##### 5- Participação de Pazuello em ato político V: repercussões sobre a decisão do comandante do Exército de não punir o general

Os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* relataram a repercussão da decisão do comandante do Exército, Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, de arquivar, sob pressão do presidente Jair Bolsonaro, o processo contra o general Eduardo Pazuello por sua presença em ato político com o presidente, em 23/05/21. Deputados ouvidos pela *Folha de S. Paulo* - Rodrigo Maia (DEM-RJ), Marcelo Ramos (PL-AM), Rodrigo de Castro (PSDB-MG), Kim Kataguirí (DEM-SP), Fernanda Melchionna (PSOL-RS), Ivan Valente (PSOL-SP), Marcelo Freixo (PSOL-RJ), Alexandre Padilha (PT-SP) - concordaram que a decisão é uma mancha à imagem do Exército e uma sinalização ruim à sociedade. A deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), proponente de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que veda aos militares da ativa a ocupação de cargo de natureza civil na administração pública, disse ao periódico que vai intensificar os esforços junto a parlamentares para conseguir apoio para a PEC, acrescentando que "é muito ruim que o Exército esteja passando para a sociedade uma opinião de que não há separação entre Forças Armadas e governo. É ruim essa sinalização". O presidente do PSD, Gilberto Kassab, afirmou ao jornal que a "situação chegou a um nível temerário" e que "nenhum país pode prescindir de regras nas Forças Armadas". Ciro Gomes, candidato à presidência em 2018 pelo PDT, chamou a atenção que "ao render-se às pressões de um presidente inconformado com a ordem constitucional, o Alto Comando preferiu se preservar a preservar o Exército". Na mesma linha, os ex-ministros da Defesa ouvidos pelo *Estado*, Aldo Rebelo e Raul Jungmann, afirmaram que a ausência de uma punição ao general pode ter efeitos na disciplina e na honra das Forças Armadas. O jornal afirmou também que ministros do STF lamentaram a decisão, alegando que uma reputação é difícil de ser construída e poucos erros podem derrubá-la. O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, chamou a atenção, conforme relato do *Correio* e do *Estado*, para o fato de que "a partidização das Forças Armadas ameaça a democracia e abre espaço para a anarquia nos quartéis", exigindo respostas firmes das instituições. Os colunistas da *Folha*, Bruno Boghossian, Igor Gielow e Reinaldo Azevedo, concordaram que o Exército demonstra fraqueza e subserviência ao presidente Bolsonaro. No entanto, os colunistas do *Estado*, Marcelo Godoy e Vera Rosa, notaram que a indisciplina da tropa, alimentada pela não punição ao general e pela politização dos quartéis, pode ser mais do que o atual ministro da Defesa, general Braga Netto, consegue controlar. No Senado, parlamentares ouvidos pelo *Correio* e pelo *Estado* evitaram avaliar a decisão do comandante do Exército. Segundo a leitura de um grupo de oposição na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, é necessário evitar "esticar a corda" e, com isso, "fazer o jogo" do presidente da República. Para o presidente da CPI, Omar Aziz (PSD-AM), a "decisão do Exército é interna e administrativa". Já o relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou torcer para que a decisão do Exército seja apenas um "recuo" momentâneo na guerra em defesa da democracia e contra os "golpistas e inimigos da Constituição". Generais da ativa ouvidos pelo *Estado* afirmaram que o Alto Comando do Exército tem ciência de que a decisão não foi bem recebida e que gerou desgaste à instituição, mas consideram que a decisão não desestabiliza o Exército e que, por outro lado, uma punição a Pazuello seria como uma reprimenda ao presidente Bolsonaro. Entretanto, o general Paulo Chagas, combatente de cavalaria e já reformado, afirmou ao jornal que o desfecho do caso Pazuello ameaça a disciplina e que o comandante Paulo Sérgio colocou sua autoridade em risco. O *Estado* relatou que a decisão já era esperada por pessoas

próximas ao general Pazuello, como uma decisão "técnica". E o presidente Jair Bolsonaro negou que haja qualquer interferência nas decisões sobre punições nas Forças Armadas. Em transmissão ao vivo relatada pelos jornais, num diálogo com o ministro da Educação, Milton Ribeiro, o presidente Bolsonaro afirmou que a decisão "é do chefe imediato dele ou do comandante da unidade. E a disciplina só existe porque nosso código disciplinar é bastante rígido". (Correio Braziliense - Política - 04/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 04/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 04/06/21)

#### 6- Pazuello foi acusado de ter humilhado soldado motivado por racismo

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, em 2005, quando comandava o Depósito Central de Munições do Exército, viu dois soldados em uma carroça e julgou que eles estavam muito velozes, maltratando o cavalo. Pazuello mandou que os dois soldados parassem e determinou que o recruta Carlos Vítor de Souza Chagas, jovem negro de 19 anos, substituísse o equino. Segundo Carlos Vítor, um tenente havia solicitado que ele apoiasse um colega a carregar uma banheira, enquanto este colega pilotava o cavalo. Contudo, o escolhido para puxar a carroça foi Carlos Vítor, que afirmou que o racismo de Pazuello o motivou a escolhê-lo para ser humilhado. Na época, a 1ª Região Militar abriu um Inquérito Policial Militar para apuração da conduta de Pazuello. Porém, o inquérito foi encerrado aceitando os argumentos utilizados pela defesa de Pazuello de que ele não queria impor maus-tratos ao recruta e que possuía um histórico de familiaridade e amor aos equinos. (O Estado de S. Paulo - Política - 30/05/21)

#### 7- Pazuello foi nomeado para cargo no Palácio do Planalto

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o ex-ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello, foi nomeado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, para ocupar a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência. A nomeação, publicada em edição extra do Diário Oficial da União, foi assinada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Luiz Eduardo Ramos. Segundo os jornais, Pazuello é general de três estrelas do serviço de Intendência, especializado em logística de suprimentos, e agora será responsável por analisar cenários, promover intercâmbio de ideias com o setor privado e dar subsídios a Bolsonaro sobre assuntos estratégicos para o país. Segundo *O Estado*, o ato foi interpretado por oficiais como manobra para blindar Pazuello e reduzir a chance de punição disciplinar. A nomeação ocorreu poucos dias da decisão do comando do Exército sobre o procedimento de apuração disciplinar contra ele por ter participado de um ato político junto ao presidente. *O Estado* afirmou que a nomeação de Pazuello para o novo cargo deve contribuir para influenciar o comandante a não aplicar punição, mas pode pressioná-lo novamente a passar para a reserva. Entretanto, para o professor Thiago Sorrentino, do Ibmec Brasília, o novo cargo no Palácio do Planalto não concede a Pazuello foro privilegiado, pois não tem status de ministro de Estado, o que não deve gerar mudanças na apuração disciplinar em andamento. "A rigor, o retorno do general ao governo não altera substancialmente a apuração disciplinar no Exército, nos termos da Lei 6.880/80 e ao Regulamento Disciplinar do General ocupará função que não lhe permitirá ter foro privilegiado Exército", explicou o professor para o *Correio*. (Correio Braziliense – Política – 02/06/21; Folha de S. Paulo - Poder - 02/06/21; O Estado de S. Paulo - Política - 02/06/21)

#### 8- Esquema de tráfico de cocaína por oficiais da Força Aérea Brasileira é investigado pela Justiça Militar

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que, conforme investigações da Polícia Federal (PF), o sargento da Força Aérea Brasileira (FAB) Manoel Silva Rodrigues transportou cocaína ao menos sete vezes em viagens oficiais com aeronaves da FAB antes de ser detido na Espanha em 2019, após desembarcar com comitiva do presidente da República, Jair Bolsonaro. Além disso, a investigação apontou que o esquema seguiu operante com outros militares, mesmo após a prisão de Rodrigues, ocorrida em flagrante no aeroporto de Sevilha, após denúncia de que estava traficando cocaína, o que foi comprovado pela apreensão de 39 quilos do narcótico no avião da FAB. Após confissão, Rodrigues foi condenado a seis anos de prisão pelo Superior Tribunal da Andaluzia. Os esquemas ocorreram em quatro voos domésticos, em São Paulo e Recife, e três internacionais com escalas na Espanha, destino do narcótico. Na apuração da PF, em todas estas viagens, Rodrigues trocou mensagens com sua esposa Wilkelane Nonato Rodrigues, mencionando o êxito da operação. A PF e o Ministério Público Militar (MPM) apuraram que a primeira destas viagens ocorreu em 18/03/19, quando o casal vivia problemas financeiros e, para as instituições, não há dúvidas de que as viagens com finalidade de tráfico eram recorrentes. A *Folha* apontou que o sargento estava lotado no Grupo de Transporte Especial (GTE), onde realizava viagens internacionais de autoridades brasileiras desde 2015. O MPM investiga ainda a participação de, ao menos, outros quatro oficiais da Aeronáutica no transporte de cocaína em aeronaves da FAB durante missões nacionais e internacionais, dentre eles, os amigos de Rodrigues, sargentos Jorge Luiz da Cruz Silva, de codinome "Flamengo", e Márcio Gonçalves de Almeida, sendo que o primeiro recrutava oficiais militares do GTE e cujas quebras de sigilo de contas bancárias indicaram que o acúmulo de bens e rendimentos desde 2015 já era superior ao compatível com seus vencimentos. Além deles, o tenente-coronel Augusto César Piovesan, lotado no Gabinete de Segurança Institucional (GSI), é investigado por ser o responsável pela elaboração das escalas dos militares nas missões da FAB nas viagens oficiais. Piovesan foi flagrado por ter mentido ao depor após a prisão de Rodrigues em Sevilha. Os sargentos Jorge e Márcio, o ex-soldado Dário e Wilkelane, esposa de Rodrigues, tiveram seus bens bloqueados pela Justiça Militar e a prisão decretada no último 18/03 e Piovesan foi solto no último dia 05/04. Segundo a *Folha*, até o momento, os quatro oficiais investigados no Brasil estão "em liberdade com medidas cautelares diversas da prisão", de acordo com o Superior Tribunal Militar. Ao ser questionada sobre suas ações após a prisão do sargento em Sevilha, a FAB informou que "os procedimentos de segurança, os protocolos de embarque e desembarque foram revisados e aperfeiçoados". (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 01/06/21)

#### 9- Exército gasta mais de R\$1 milhão com produção de cloroquina

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, em 2020, foram gastos R\$1,14 milhão pelo Exército Brasileiro para produzir 3,2 milhões de comprimidos de cloroquina. O medicamento não possui eficácia comprovada contra a covid-19, mas foi utilizado como "tratamento precoce", argumento utilizado pelo presidente Jair Bolsonaro, que apostou na cloroquina para enfrentar a pandemia. A cloroquina é indicada para o tratamento de lúpus, malária e artrite reumatóide, e após testes realizados em 2020 a pedido da Organização Mundial da Saúde (OMS), o medicamento foi considerado ineficaz contra o novo coronavírus e pode causar efeitos colaterais adversos, como a

arritmia cardíaca. De acordo com o jornal, os médicos Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, ex-ministros da Saúde, foram demitidos após se negarem a recomendar o uso da cloroquina contra a covid-19 na rede pública de saúde; no entanto, após a nomeação do general Eduard Pazuello, a pasta divulgou uma orientação sobre o uso do medicamento, com a possibilidade dos médicos prescreverem a substância a todos os pacientes com covid-19. O grande aumento na produção da substância é o foco de um processo no Tribunal de Contas da União (TCU), que também questiona os critérios para a distribuição de cloroquina, e se existia algum “contrato prévio” com secretarias dos estados e municípios para saber se havia demanda. (O Estado de S. Paulo - Política - 03/06/21)

10- Revogação da Lei de Segurança Nacional foi paralisada no Senado  
Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN), já aprovada pela Câmara dos Deputados, está travada há um mês no Senado, que sequer definiu o relator da proposta. A LSN foi elaborada durante a ditadura militar (1964-1985) e mantém características autoritárias, como a criminalização da calúnia ao presidente da República, e tem sido constantemente utilizada pelo governo para processar opositores. Sobre isso, a senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse: “É estarecedora e fruto de total abuso de autoridade a prisão do professor em Goiás. Esse despojo da ditadura vem sendo utilizado como medida de intimidação contra os cidadãos que se manifestam pacificamente contra o governo”. O projeto que substituirá a LSN chama-se “Lei do Estado Democrático” e institui 14 novos crimes, entre eles o de golpe de Estado, além de remover o “entulho” autoritário da lei anterior. De acordo com o jornal, o governo do presidente Jair Bolsonaro é contrário ao projeto e pretende barrá-lo, não só porque a LSN é utilizada como uma “ferramenta de intimidação” a opositores, como também pelo novo projeto declarar crime passível de cinco anos de prisão o disparo de notícias falsas (fake news) em períodos eleitorais, uma vez que Bolsonaro é acusado em diversas ações no Tribunal Superior Eleitoral. (Folha de S. Paulo - Política - 04/06/21)

## **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

## **Equipe:**

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBEX); Gabriela Araujo da Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula



Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leticia Beneves (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Leonardo Pontes Vinhó (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais); Rodrigo Freitas de Souza (Redator, graduando em Relações Internacionais).